**”**

Paulo Felipe Conceição Passos-**Graduado em História -UERJ/FFP**

**Resum**o (no mínimo 500 e no máximo 1.000 caracteres)

Este presente trabalho buscará interrogar as contribuições para a formação de professores a partir do projeto de extensão Café com Currículo frente a Resolução 02/2019 que institui a BNC-Formação intensifica o processo de centralização curricular contribuindo para o racismo institucional enquanto política de formação. Nesse sentido, projetos como este possibilitam a criação de *espaçostempos* de formação entre professores e licenciandos que provocam desestabilizações nos sentidos de docência e pautados na importância de uma educação anti racista e na lei 10.639\03. Para isso, apoiam-se nas pesquisas com os cotidianos e no trabalho com narrativas em pesquisas e processos formativos. Inclui, desse modo rodas de conversas, como caminho na produção de narrativas, sejam elas escritas ou orais, que possibilitam abordar as redes de produção de saberes entre os professores. Desse modo, a pesquisa conclui que ao possibilitar espaços de formação entre professores e licenciandos criam-se movimentos de descolonização dos currículos, sobretudo no que se refere a novas formas de *pensarfazer* as práticas cotidianas frente a processos de mercantilização da educação no Brasil.

Palavras Chaves: Relações Étnico-Raciais, BNC-Formação, Currículos, Escolas.

**Introdução**:

Pensar a escola do século XXI demanda refletir sobre o papel das diferenças e dos problemas estruturais da sociedade que se desdobram nos meandros dos cotidianos escolares. Segundo o dicionário *meandro* “significa uma série de curvas no traçado de um percurso qualquer” e assim percebemos as escolas a partir das políticas curriculares impostas de cima para baixo. Nessa relação política e escola, nas últimas décadas percebemos políticas descontínuas que se colocam na contramão dos principais debates e caminhos que os professores e pesquisadores do Brasil percebem como ideais para solucionar problemas como o racismo, a misoginia e as desigualdades sociais.

Nesse caminho, a Resolução 02/2019 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica BNC-Formação (BRASIL, 2019) buscou privilegiar a interface currículo e avaliação externa na formação de professores intensificando ideais economicistas e de habilidades e competências em detrimento da superação dos problemas estruturais como o racismo.

Segundo Grosfoguel (2019) o racismo é um princípio organizador e uma lógica estruturante das configurações sociais e relações de dominação da modernidade e com isso, a própria ideia de raça cunhada durante a modernidade para se referir ao outro tendo como ponto de partida para manter hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas e pedagógicas são estruturantes na colonização e no processo de independência e formação da identidade nacional.

Há de se destacar que, de acordo com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2018), o encontro de professores e alunos se dá nesse espaço em que o racismo está na lógica de pensamento e no processo de aprendizagem, os alunos seguem a lógica de reprodução de hierarquizações e de bases eurocêntricas, o que para a autora é classificado como “Imperialismo intelectual”. A meu ver a Resolução 02/2019 segue no caminho das lógicas centralizadoras e hierarquizantes que homogeneizam as diferenças. Em contrapartida, nos meandros das políticas curriculares, assumimos as *políticaspráticas* (ALVES, 2013) cotidianas que caminham a partir de movimentos decoloniais de pensar a educação e a formação de professores como espaços de resistência, frente às políticas recentes de centralização e controle do trabalho docente, que temos visto na atualidade.

**A resolução CNE 02/2019 e a formação de professores para as habilidades e competências como uma intensificação do racismo institucional**

A formação de professores no Brasil, apoiada atualmente pela Resolução CNE 02\2019, é considerada um retrocesso no que se refere a propor uma formação docente pautada na valorização das diferenças e no combate às desigualdades sociais. A partir de 2017 com a aprovação da Base nacional Comum Curricular (BNCC) através da Resolução 02/2017 mostra-se uma face da política de centralização e uniformização das diferenças nos currículos da educação básica e que se materializam na formação de professores a partir da Resolução 02/2019. Para Tenório (2022), a forma de controle da educação brasileira é visível na determinação das habilidades e competências que se impõem aos projetos políticos-pedagógicos e sobre a autonomia docente na produção dos currículos. Nessa direção, a BNC-Formação é sustentada a partir dos debates advindos da BNCC, que em seu texto prescritivo, busca tornar o professor um mero reprodutor de conteúdos e habilidades, além de responsabilizá-lo pela “qualidade” do ensino e do “sucesso” e consequente “fracasso” dos índices educacionais.

Desse modo, ao tratar a aprovação da Resolução da CNE 02\2019 como representada e defendida por grupos consultivos vinculados a empresas privadas que têm como principal objetivo a precarização da educação pública e a culpabilização do professor com discursos meritocráticos e de competências da educação sobretudo no que se refere às “evidências científicas” apontadas pelos defensores da BNC-Formação baseiam-se em dados descontextualizados, sem explicações e que induz a percepção de que a formação docente nos moldes atuais não correspondem às demandas da sociedades por uma educação de qualidade. Nessa direção, para vender e mercantilizar a educação, os grupos apoiadores desse modelo de educação se apoiam em dados de baixo desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala e a solução seria a reforma da formação de professores.

Expressada com objetivo de reformular a formação de professores para a aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) segundo Garcia e Fontoura (2021) na resolução CNE 02/2019 a articulação entre formação, currículo e avaliação é evidenciada a partir da lógica de “qualidade” e de responsabilização docente pelo “fracasso” da educação brasileira e por isso, a necessidade de uma reformulação do ensino superior de saberes e conhecimentos necessários para a elevação dos índices educacionais. De acordo com Oliveira e Sussekind (2018) tanto a BNCC quanto a resolução contribuem para a predominância de conteúdos e habilidades e ignora outros conhecimentos limitando os conhecimentos anteriores e outros modos de *serestar* no mundo e tratando o estudante como ignorante e invisível no processo de construção da escolaridade.

A BNC-Formação ao privilegiar os conhecimentos tidos como universais e hegemônicos contribuem para a invisibilização de saberes e problemas estruturais sociais como o Racismo. Segundo Almeida (2019) o Racismo Institucional é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça e o racismo estrutural, assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo, que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. Nesse sentido, entendemos que enquanto política de formação a BNC-Formação retoma representações de escola e sentidos de docências voltados para a culpabilização docente e representa o encontro com conservadorismo e o neoliberalismo nas políticas educacionais.

**O Café com Currículo como possibilidade de formação docente para as relações étnico raciais na Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP)**

O projeto de extensão “Diálogos universidade-Escola: redes de conversação e formação continuada-Café com Currículo” é um projeto instituído desde 2011 nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro e com relações importantes na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O projeto tem como principal objetivo ampliar o diálogo entre escolas e universidades para que possamos contribuir na compreensão dos conhecimentos relacionados aos processos formativos no encontro entre professores e licenciandos e produzindo *espaçostempos* de acompanhamento e debate sobre os currículos e nesse caso nas relações étnico raciais através da lei 10.639/03.

O encontro escolhido foi “Aquilombar currículos: lendas, narrativas e histórias de vida debaixo do pé de baobá” as quais buscamos refletir sobre práticas docentes que privilegiam currículos que tratam do empoderamento racial, práticas que tragam personagens e outras histórias além das histórias únicas. O Baobá é uma árvore tradicional africana cercada de lendas, mitos e histórias com uma raiz forte e que viveu por muitos anos e acompanhou muitas gerações. Ela é considerada por muitos povos africanos a árvore da vida e de construção da identidade africana onde os saberes ancestrais, as memórias da comunidade e as diversas linguagens. O baobá, diferente da cultura Ocidental moderna, privilegia o *nós* ao invés do *eu*. Ao redor dessa árvore, as comunidades se reúnem para rituais e compartilhar conhecimentos tendo a partir das diversas singularidades a constituição da coletividade.

Compreendemos então que ao narrar, o professor mobiliza suas histórias de vida, suas experiências e histórias que mobilizam questionamentos e tensões em suas próprias práticas curriculares e na possibilidade de constituir uma formação entre pares. A partir disso, ao pensarmos a noção de encontros (Garcia, 2015) mobilizados nessas rodas conversas compreendemos como a formação entre pares, ou seja, entre os professores, favorecem os processos de autoria docente e contribuem para que os professores produzam interrogações e saberes docentes, bem como, reflexões com os currículos a partir das experiências produzidas que compartilham em suas narrativas. Para Garcia e Rodrigues (2017) as narrativas:

“(...) emergem como um *espaçotempo* de suspeição e suspensão, deslocamentos e desconstruções. Narrar as práticas para outras professoras e para professores e alunos da universidade torna-se, ainda, um dispositivo de empoderamento pelo protagonismo político-epistemológico de quem narra (...)”

Ao chamarmos as rodas de conversas embaixo do pé de baobá é possível perceber que as histórias de vida, as dores, as angústias e as tensões que afetam os professores e licenciandos emergem enquanto potenciais de ação. O corpo, nessa direção, junto com a escola moderna e posteriormente liberal, foi disciplinarizado pela modernidade e constituído por ideias de branqueamento e de histórias únicas (CHIMANANDA, 2019). O que se percebe a partir dos encontros é que esse tensionamento agora vai se expressar no corpo através de práticas curriculares mais representativas e que expressam e conversam com outros saberes, outros olhares e novas formas de pensar frente às desigualdades sociais. Nesse sentido, pensar a escola e a formação de professores significa pensar as interações sociais, culturais e discursivas através dos processos de colonização do ser, do saber e do poder (QUIJANO, 2005)

**Para iniciar o debate e não concluir**

A Formação de Professores no Brasil é alvo de políticas públicas marcadas pelo colonialismo e pelas avaliações em larga escala. Entretanto percebemos que experiências como a do Café com Currículo possibilitam outras reflexões acerca da formação que contribuem para o *pensarfazer* docente. A partir das narrativas oriundas das rodas de conversas podemos perceber a amplificação no sentido de formação, saindo da esfera apenas da formação inicial e entendendo o sentido de prática cotidiana como integrante do saber docente. Nesse sentido, podemos perceber como as/os professoras/es e licenciandos experienciam um espaço onde politicamente se entendem como integrantes no processo de formação.

Ao refletirmos sobre os processos de formação voltados para as relações étnico raciais e para a lei 10.639/03 com professores e licenciandos percebemos as potencialidades das práticas e sobretudo dos efeitos das avaliações em larga escala no sentido de docência tanto para a formação entendida como inicial como a continuada de professores. Acreditamos, entretanto, no sentido de política de formação como uma práticapolítica compreendendo que ambas não são indissociáveis, Nessa direção, as diversas histórias de vida, as experiências, as práticas curriculares no que concerne a prática anti racista é compreendida como um movimento contra-hegemônico e sobretudo possibilitam pensar o saber docente a partir do cotidiano as quais esses professores estão inseridos. Os licenciandos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ experienciam uma formação entendida a partir dos princípios de horizontalidade, das conversas e das trocas com outros professores que privilegiam o saber coletivo e as construções cotidianas.

**Referências Bibliográficas:**

[ALMEIDA, S. L.](http://lattes.cnpq.br/6325980837929171). Racismo Estrutural. 1. ed. São Paulo/ Brasil: Pólen Livros, 2019. 256p

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

GARCIA, A.; RODRIGUES, A. C.. DOS ENCONTROS NOS CURRÍCULOS? ESCULTURAS SINGULARES E COTIDIANAS DE FAZERESSABERES. Cadernos de Pesquisa em Educação. PPGE.UFES, v. 3, p. 121-136, 2017.

GOMES, Marcelle Tenório Monteiro. Políticas de formação docente no Brasil: influência de organismos multilaterais e movimentos de resistência. 2022. 116f. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

[OLIVEIRA, I. B.](http://lattes.cnpq.br/0323845315267858). CURRÍCULO E PROCESSOS DE APRENDIZAGEMENSINO: Políticaspráticas Educacionais Cotidianas. CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS, v. 13, p. 375-391, 2013.

[SILVA, PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E](http://lattes.cnpq.br/5770245673371690). Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. EDUCAR EM REVISTA, v. 34, p. 123-150, 2018.

[SÜSSEKIND, M. L.](http://lattes.cnpq.br/3054907039826552); OLIVEIRA, I. B. . Dimensões político-epistemológicas do equívoco conservador na educação: A base curricular brasileira no contexto dos currículos nacionais. REVISTA PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO, v. 31, p. 55-74, 2018

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.